**D E S P A C H O**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(PRESIDENTE)**

**Em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**REQUERIMENTO N.º:**

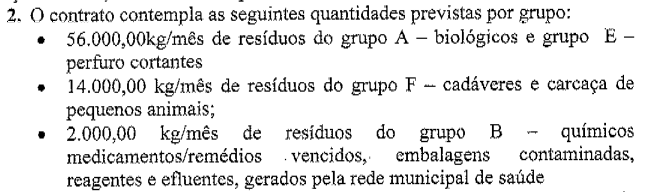
**Informar sobre o descarte de medicamentos veterinários.**

**CONSIDERANDO** que este Vereador solicitou informações, através do requerimento 921/2020, sobre o descarte de medicamentos vencidos ou inadequados para uso da área farmacêutica humana;

**CONSIDERANDO** que após levantar a questão do descarte correto de medicamentos de uso humano, e colocar à luz **a chamada logística reversa,** munícipes entraram em contato com este Vereador argumentando a mesma problemática, mas para medicamentos de uso animal, o que gerou o requerimento 988/2020;

**CONSIDERANDO** que, dandocontinuidade ao tema, foi proposto o requerimento 1110/2021 que solicitou informações sobre o contrato que contempla a coleta de medicamentos veterinários vencidos ou inadequados para o uso na estrutura municipal;

**CONSIDERANDO** que em resposta ao requerimento 1110/2021, datado de 18 de setembro de 2020, verificou-se que a Prefeitura possui um contrato (CPL 354/2018) que contempla o descarte de 3 tipos de resíduos de 2.000 kg/mês de resíduos do grupo B – químicos medicamentos/remédios vencidos, embalagens contaminadas, reagentes e efluentes, gerados pela rede municipal de saúde;



**CONSIDERANDO** que em consulta no portal da transparência verifica-se que o contrato foi prorrogado por mais 12 meses, pelo valor de R$ 1.905.120,00, a partir de 17/06/2021 até 16/06/2022, sendo ratificado as cláusulas contratuais no referido termo de prorrogação;

**CONSIDERANDO** que ao ser questionado sobre a possibilidade de disponibilizar algum ponto de coleta destes resíduos o Executivo respondeu, através da manifestação da Secretaria de Serviços Públicos e Obras, não ser possível incluir no atual contrato por falta de previsão, sugerindo a devolução dos resíduos para os estabelecimentos e clínicas veterinárias;

**CONSIDERANDO** que, no mesmo sentido, a Secretaria de Saúde informou que não pode receber os resíduos, salvo aqueles gerados em suas atividades diárias. Complementa a Secretaria de Saúde argumentado que não tem responsabilidade pelos resíduos gerados em outros estabelecimentos veterinários ou de munícipes;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Federal de Medicina Veterinária pontua que “o destino que é dado para as embalagens desses produtos após o uso é crucial para garantir a Saúde Única - das pessoas, animais e meio ambiente. A responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos urbanos foi oficializada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12305/2010). Todos que participam da utilização de produtos são responsáveis por ele até a destinação final ambientalmente correta”;

**CONSIDERANDO** que um decreto assinado recentemente pelo presidente, Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020[[1]](#footnote-1), regulamenta a chamada logística reversa de medicamentos, que trata do descarte ambientalmente correto desses produtos, por parte de toda a cadeia produtiva do setor. **Entretanto, deixa claro que a nova medida refere-se somente aos medicamentos de uso humano[[2]](#footnote-2):**

*“Regulamenta o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores”*

**CONSIDERANDO** que esse tema está em voga, tendo em vista as mobilizações do legislativo envolvendo o tema e que munícipes alegam não terem suas dúvidas esclarecidas sobre o tema em contato direto com a Prefeitura, não tendo no município um local correto para esse descarte;

**REQUEIRO** à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando nos informar o que segue:

**1)** Considerando a atual administração, qual o planejamento do Poder Executivo para disponibilizar aos munícipes o ideal descarte de medicamentos veterinários? **Justifique.**

Por fim, **REQUEIRO**, que a resposta do presente requerimento seja feita de forma detalhada (relacionando resposta com o número da pergunta), encaminhada dentro do prazo legal, nos termos do § 1º do art. 34 da Lei Orgânica do Município e dos §§ 2º e 3º do art. 104 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sorocaba, devidamente acompanhada dos documentos oficiais das secretarias e departamentos.

**Sala das Sessões, 22 de julho de 2021.**

**PÉRICLES RÉGIS**

**VEREADOR**

1. http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10388.htm [↑](#footnote-ref-1)
2. https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/decreto-regulamenta-descarte-adequado-de-medicamentos [↑](#footnote-ref-2)